

**Agência de Promoção de
Exportações do Brasil -
Apex-Brasil**

**Demonstrações contábeis intermediárias
em 30/06/2021 e Relatório de revisão
dos Auditores independentes**

Agosto de 2021

**CONHECIMENTO LOCAL,
ALCANCE GLOBAL**

CONTEÚDO

**RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JU-
NHO DE 20213**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁ- RIAS	11

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

À Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da
Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as Demonstrações contábeis intermediárias da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil (“Apex-Brasil” ou “Entidade”), que compreendem o Balanço patrimonial em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das informações orçamentárias do semestre findo nessa data, bem como a demonstração do resultado do trimestre e semestre também findos nessa mesma data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Apex-Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCs TSP). Nossa responsabilidade é a de expressar uma Conclusão sobre essas Demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão de auditoria.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias contidas na NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e na *ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma Opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Apex-Brasil em 30 de junho de 2021, os seus fluxos de caixa, as informações orçamentárias e o desempenho de suas operações para o trimestre e semestre findos nesta data de acordo com o Pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela elaboração dessas informações de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCs TSP).

Ênfases

Sem modificar a nossa Conclusão, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

- 1) A Nota Explicativa nº 14.2 b) contém divulgação acerca de Recurso especial que tramita no Superior Tribunal de Justiça – STJ, o qual questiona a base de cálculo das contribuições previdenciárias de terceiros (Sistema S, dentre outras entidades, incluindo a Apex-Brasil), baseado no fato de que determinados contribuintes pleiteiam o limite de apuração deste tributo à base de 20 salários-mínimos. Os assessores jurídicos da Apex-Brasil vislumbram três desfechos dessa demanda judicial, a saber: i) rejeição pelo STJ da limitação da base de cálculo, o que não teria efeito para a Apex-Brasil; ii) instituir o limite de 20 salários-mínimos para o cálculo do tributo sobre a contribuição de cada colaborador e não sobre a folha de pagamento total de uma entidade e, neste cenário, há impacto financeiro para as contribuições da Apex-Brasil ainda não calculado, porém, tende a não afetar significativamente as atividades da Entidade; e iii) atendimento ao pleito dos contribuintes e reconhecer que toda a base de cálculo de uma empresa estaria limitada a 20 salários-mínimos para as contribuições de terceiros. Neste caso, haveria, de fato, impacto substancial nas receitas futuras da Apex-Brasil, hipótese menos provável segundo os seus assessores jurídicos.

Entendem ainda os assessores jurídicos que, de forma idêntica à já mencionada, tais ações também não requerem o provisionamento de quantia para fazer face a “perda contábil”, na medida em que a 1ª Seção do STJ (REsp 1.619.954) unificou tese de que os Serviços Sociais Autônomos não possuem legitimidade para figurar em ações de repetição de indébito e ainda, que qualquer decisão desfavorável teria apenas efeito prospectivo. No momento, é incerto o desfecho deste assunto.

- 2) A Nota Explicativa nº 1.5 apresenta, entre outros assuntos, os efeitos da Covid-19 nas operações da Apex-Brasil, dentre os quais destacamos: (i) a redução significativa de adiantamentos concedidos aos convênios e também das despesas executadas pelos convenentes, sendo que houve redução na execução das despesas com convênios de 28% em 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 18; (ii) cancelamento de feiras no exterior de promoção de produtos brasileiros e atração de investimentos estrangeiros para a economia brasileira, sendo que a previsão é de que as feiras sejam realizadas em 2021 majoritariamente em formato virtual, resultando em redução das despesas com Projetos Finalísticos, inclusive no 1º semestre de 2021 foi registrada diminuição de

40% dos custos desta natureza; e (iii) os esforços da Apex-Brasil para o cumprimento do seu objeto social mesmo neste cenário adverso, com destaque para o principal investimento previsto em 2021 referente à Expo Dubai, com orçamento aproximado de R\$ 115 milhões, segundo estimativas da Administração. Todavia, ainda não é possível prever todos os efeitos futuros da Covid-19 nas operações da Apex-Brasil.

Outro assunto

O Balanço patrimonial da Apex-Brasil em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparabilidade, foi auditado por nós e sobre o qual emitimos relatório i) de Opinião sem ressalva em 12 de fevereiro de 2021 e ii) contendo os mesmos parágrafos de Ênfases apresentados no presente relatório, além de parágrafo de Ênfase adicional sobre a adoção inicial às normas contábeis aplicadas ao setor público, a partir de 1º de janeiro de 2020, conforme determinado pelo Tribunal de Contas da União - Acórdão TCU nº 991/2019, sendo desnecessário reportar este assunto em 2021.

As demonstrações financeiras intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020, também apresentadas para fins de comparabilidade, foram revisadas por nós e sobre as quais emitimos Conclusão sem ressalva em 18 de agosto de 2020, contendo parágrafos de Ênfases sobre: i) adoção inicial das normas de contabilidade pública, conforme já mencionado anteriormente; ii) impactos da Covid-19 nas operações e saldos da Apex-Brasil, de mesmo teor do parágrafo 2 da seção Ênfases supra; e iii) discussão no Supremo Tribunal Federal de Recurso Extraordinário que questiona a constitucionalidade da Contribuição Social Ordinária, que é a principal receita da Apex-Brasil, sendo que o julgamento deste recurso, ocorrido ao final de 2020, foi para confirmar a constitucionalidade da referida contribuição.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2021.

TEIXEIRA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRC MG 5.194



Domingos Xavier Teixeira

Sócio e Diretor Executivo
Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM

Em milhares de reais

	Nota	30/06/2021	31/12/2020		Nota	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	64.074	76.184	Obrigações trabalhistas e sociais	11	15.400	15.318
Aplicação financeira	5	516.710	374.104	Contas a pagar e fornecedores	12	6.762	4.362
Créditos a receber	6	44.310	72.601	Obrigações tributárias e previdenciárias		446	416
Adiantamentos concedidos	7	14.369	20.686	Arrendamentos a pagar	13	7.581	5.959
Outros ativos circulantes		1.250	971			30.189	26.055
		640.713	544.546				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Aplicação financeira	5	166.748	150.747	Obrigações a pagar de longo prazo		896	784
Depósitos judiciais e garantias	8	4.656	4.166	Arrendamentos a pagar	13	11.209	15.383
Direitos em Uso de Arrendamento	9	15.618	19.263	Provisão para riscos tributários e trabalhistas	14	143.164	136.257
Imobilizado	10	2.383	3.146			155.269	152.424
Intangível	10	1.076	1.366	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
		190.481	178.688	Superávit acumulado		544.754	358.007
				Superávit do exercício		100.982	186.748
						645.736	544.755
		831.194	723.234			831.194	723.234

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

LUCAS FIUZA
Diretor de Negócios

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES E TRIMESTRES FINDOS EM

Em milhares de reais

	Nota	Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Receita sem contraprestação com contribuição social líquida	16	253.842	232.083	128.840	110.982
Receitas com contraprestação de serviços e outras receitas	17	2.489	126	619	(1.165)
Total das receitas operacionais		256.331	232.209	129.459	109.817
Custos e despesas operacionais					
Despesas com convênios e projetos	18	(32.577)	(45.419)	(16.646)	(11.728)
Despesas com projetos finalísticos	18	(25.210)	(41.830)	(18.982)	(29.873)
Despesas com viagens		(796)	(2.107)	(96)	(211)
Despesas com comunicação, marketing e propaganda	19	(9.737)	(2.664)	(6.000)	(1.121)
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	20	(60.351)	(60.030)	(29.950)	(30.471)
Despesas gerais e administrativas	21	(10.870)	(9.995)	(5.311)	(4.570)
Despesas com provisão judicial e administrativa	22	(5.661)	(5.113)	(2.924)	(2.373)
Despesas tributárias	23	(9.398)	(18.773)	(7.056)	(15.569)
Despesa com depreciação e amortização	24	(4.442)	(4.011)	(2.188)	(2.048)
Outras receitas (despesas) operacionais		662	3.256	430	3.128
		(158.380)	(186.686)	(88.723)	(94.836)
Superávit antes do resultado financeiro		97.951	45.523	40.736	14.981
Resultado financeiro líquido	25				
Receitas financeiras		17.360	12.088	6.516	4.732
Despesas financeiras		(14.329)	(9.805)	(12.640)	(6.623)
		3.031	2.283	(6.124)	(1.891)
SUPERÁVIT DO PERÍODO		100.982	47.806	34.612	13.090

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

LUCAS FIUZA
Diretor de Negócios

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DO EXERCÍCIO DE 2020

Em milhares de reais

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	253.416	104.591	358.007
Incorporação do superávit do exercício anterior	104.591	(104.591)	-
Superávit do período	-	47.806	47.806
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	358.007	47.806	405.813
Superávit do período de julho a dezembro de 2020	-	138.942	138.942
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	358.007	186.748	544.755
Incorporação do superávit do exercício anterior	186.748	(186.748)	-
Superávit do período	-	100.982	100.982
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	544.755	100.982	645.737

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

LUCAS FIUZA
Diretor de Negócios

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS TRIMESTRES FINDOS EM

Em milhares de reais

	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	100.982	47.806
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
. Depreciação e amortização	4.442	4.011
. Baixa de ativo imobilizado e intangível	261	34
. Resultado de aplicações financeiras	(8.535)	(6.559)
. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	6.907	6.257
. Juros de arrendamentos a pagar	889	1.190
. Variação cambial líquida	(172)	252
	3.792	5.185
Geração Operacional	104.774	52.991
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	28.291	35.735
Adiantamentos concedidos	6.317	(113)
Direitos de créditos	(279)	(577)
Depósitos judiciais e garantias	(490)	69
	33.839	35.114
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações trabalhistas e sociais	82	2.622
Contas a pagar e fornecedores	2.400	(2.866)
Obrigações tributárias e previdenciárias	30	(526)
Outros passivos não circulantes	111	79
	2.623	(691)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	141.236	87.414
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Instrumentos financeiros, líquido	(150.072)	(15.667)
Aquisições de bens do imobilizado	(274)	(105)
Aquisições de bens do intangível	-	(229)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(150.346)	(16.001)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de Arrendamentos	(3.000)	(4.323)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.000)	(4.323)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(12.110)	67.090
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.184	3.182
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	64.074	70.272
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(12.110)	67.090

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

LUCAS FIUZA
Diretor de Negócios

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

Em milhares de reais

	Orçamento aprovado			Executado até 30/06/2021 (e)	% Execução (acumulado) (e/c)
	Período anterior 30/06/2020 (a)	Previsão Inicial 2021 (b)	Previsão Atualizada 2021 (c)		
RECEITA CORRENTE	241.929	525.021	525.021	271.697	51,7
Receita Contribuição Social Ordinária (CSO)	232.083	500.854	500.854	253.842	50,7
Receita Patrimonial	6.536	10.410	10.410	6.925	66,5
Receita de Serviços	126	13.757	13.257	2.592	19,6
Receita de Patrocínio	0	0	500	277	55,4
Outras Receitas	3.184	0	0	8.061	*** *
RECEITA CAPITAL	386.024	509.227	596.028	596.028	100,0
TOTAL RECEITAS	627.953	1.034.247	1.121.049	867.725	77,4

	Período anterior 30/06/2020 (a)	Previsão Inicial 2021 (b)	Previsão Atualizada 2021 (c)	Executado até 30/06/2021 (e)	% Execução (acumulado) (e/c)
	DESPESA CORRENTE	183.338	732.567	814.617	154.804
Outras Despesas Correntes	123.308	599.513	681.507	94.453	13,86
Projetos Finalísticos	41.850	212.124	295.817	25.210	8,52
Comunicação e Marketing	2.664	16.155	18.261	9.118	49,93
Patrocínios	0	6.150	5.993	619	10,32
Convênios	42.952	209.538	205.188	33.930	16,54
Locação Bens Moveis e Imóveis	6.658	13.811	13.808	6.573	47,61
Serviços Técnicos Especializados	5.284	45.237	43.362	6.158	14,20
Despesas Gerais e Administrativas	2.938	8.670	7.676	2.383	31,05
Despesas Com Viagens	1.642	15.862	15.484	1.073	6,93
Capacitação	55	100	523	38	7,30
Despesas Tributárias	18.773	67.963	66.109	9.398	14,22
Despesas Financeiras	78	553	599	100	16,70
Outras Despesas	415	3.351	8.688	11	0,12
Variação Cambial - Operação NY	0	0	0	-159	*** *
Pessoal, Encargos e Benefícios sociais	60.030	133.054	133.111	60.351	45,34
Remuneração	37.835	82.740	82.916	37.073	44,71
Encargos Trabalhistas	10.927	24.573	24.631	11.290	45,84
Benefícios	11.268	25.741	25.564	11.988	46,89
RESERVA	0	301.680	306.431	0	0,00
TOTAL DESPESAS	183.338	1.034.247	1.121.049	154.804	13,81
SUPERÁVIT				712.921	

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

AUGUSTO PESTANA
Presidente

LUCAS FIUZA
Diretor de Negócios

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

1.1 Constituição

A Agência de Promoção de Exportações do Brasil, designada também como Apex-Brasil (“Agência” ou “Entidade”), foi constituída na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, sob a forma de Serviço Social Autônomo.

A constituição da Entidade decorreu da edição da Medida Provisória nº 106, de 22 de janeiro de 2003, que foi convertida na Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.584/2003. Referido Decreto foi alterado posteriormente pelo Decreto nº 8.440, de 29 de abril de 2015 e pelo Decreto nº 8.788, de 21 de junho de 2016, passando a responsabilidade de supervisão da Agência para o Ministério das Relações Exteriores – MRE, anteriormente vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC.

Em razão de a Apex-Brasil ser uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, os seus atos constitutivos e posteriores foram registrados no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

1.2 Objetivo social e operação

O objetivo da Apex-Brasil é o de promover as exportações brasileiras e a atração de investimentos estrangeiros em cooperação com o Poder Público, assim como a internacionalização de empresas públicas e privadas brasileiras, por meio da pesquisa, da formação e capacitação, do desenvolvimento institucional, dentre outras ações, observadas as políticas nacionais de desenvolvimento, sobretudo no que tange aos setores de indústria, comércio, serviços, tecnologia e agricultura, com ênfase no favorecimento às empresas de pequeno porte e na geração de empregos.

A sua missão é desenvolver a competitividade das empresas brasileiras, promovendo a internacionalização dos seus negócios e a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED).

A Apex-Brasil atua de diversas formas para promover a competitividade das empresas brasileiras em seus processos de internacionalização, oferecendo inteligência de mercado, qualificação empresarial, estratégia para internacionalização, promoção de negócios e imagem e atração de investimentos estrangeiros para empresas brasileiras, sem que se tenha o ânimo de lucro.

Ademais, a estrutura de apoio aos setores da economia pela Apex-Brasil ocorre por meio de projetos setoriais, os quais podem ser divididos da seguinte forma: Agronegócios, Alimentos e Bebidas; Casa e Construção; Economia Criativa e Serviços; Máquina e Equipamentos; Moda; e Tecnologia e Saúde. Os projetos setoriais são realizados por meio de convênios com as entidades representativas de cada setor mencionado.



Para atender ao seu objetivo social, a Lei nº 8.029/1990 estabeleceu em seu art. 8º, a destinação de parcela da contribuição previdenciária arrecadada pela Receita Federal do Brasil à Agência para financiamento das suas operações.

1.3 Localizações

A sede da Agência está localizada no Setor de Autarquias Norte Quadra 5, Bloco C, Torre B, 12º ao 18º andar - Centro Empresarial CNC. No Brasil, além da sede em Brasília, existem também as unidades de Belém, Porto Alegre, Recife e São Paulo. A Agência mantém, ainda, nove unidades em outros países, com finalidades consonantes aos seus objetivos legais e estatutários. Essas unidades estão estrategicamente localizadas nos principais mercados globais: Miami e São Francisco (EUA), Bogotá (Colômbia), Bruxelas (Bélgica), Moscou (Rússia), Dubai (Emirados Árabes Unidos), Pequim e Xangai (China) e Jerusalém (Israel).

1.4 Aspectos tributários

1.4.1 Imposto de renda

A Apex-Brasil é uma entidade isenta do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, que presta serviços para os quais foi instituída. Nesse sentido, é importante salientar que ser considerada entidade sem fins lucrativos não significa que a Entidade não possa apresentar superávit em suas contas e, caso o apresente em determinado exercício, o referido resultado é destinado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, em consonância ao que prevê o art. 12, § 3º da Lei nº 9.532/1997.

Ainda, as entidades consideradas isentas do IRPJ, pela finalidade ou pelo objeto, deverão atender aos requisitos previstos no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.532/1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/1998 (arts. 10 e 18, IV).

Os rendimentos e os ganhos de capitais auferidos em aplicações financeiras de renda fixa não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/1997, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º), estando fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos.

1.4.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Baseado no parágrafo 1º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, a Apex-Brasil está isenta também da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

1.4.3 PIS

Nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%, com o recolhimento mensal desse tributo. Por isso, é isenta de recolhimento de PIS sobre receita financeira nos termos dos arts. 2º e 9º da IN RFB 247 de 2002.



1.4.4 COFINS

Em relação à tributação da COFINS, o inciso X, do art. 14, e o inciso VI, do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/01, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para Serviços Sociais Autônomos, criados ou autorizados por lei. Para as receitas não próprias, como as financeiras, a Apex-Brasil efetua a apuração e o recolhimento da COFINS à alíquota de 4%, conforme o Decreto nº 8.426/2015.

1.5 Principais ações realizadas no período com impacto nas Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2021 e efeitos da Covid-19 nos negócios da Apex-Brasil

A atuação da Apex-Brasil na execução da sua missão institucional se dá por meio de ações realizadas diretamente no Brasil e no exterior, bem como por meio de parcerias estratégicas com outras entidades, públicas e privadas. O cenário externo no ano de 2020 foi desafiador para a Agência, e também está sendo o de 2021, porque as principais ações do portfólio demandam a execução de eventos em mercados internacionais e as medidas sanitárias da pandemia têm impacto direto em diversas tipologias de ações da Agência, especialmente, das feiras internacionais, rodadas de negócios, missões comerciais e de atração de investimentos.

Dentre as principais feiras canceladas em 2020, estavam as tradicionais FOODEX, ExpoWest, OTC e SIAL Paris. Os organizadores optaram por realizar os eventos em formato virtual ou adiar o evento por mais um ano, fechando a agenda apenas para 2022, conforme pode ser consultado nas páginas dos eventos ou no portal da Apex-Brasil. O principal evento internacional do primeiro trimestre foi a Gulfood, realizada no formato tradicional, porém com público reduzido devido à pandemia.

O principal evento nacional de 2021 foi o Fórum de Investimentos do Brasil (BIF), ou *Brasil Investment Forum*, que ocorreu de 31 de maio a 1º de junho de 2021, em formato totalmente digital. O BIF 2021 foi um sucesso e teve a expectativa de atrair investimentos de R\$ 50 bilhões e gerar mais de 20 mil empregos nos próximos dois anos. O BIF é um evento internacional sobre atração de investimentos estrangeiros para o Brasil, organizado pela Apex-Brasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Governo Federal. Considerado o maior evento de investimentos estrangeiros da América Latina, o BIF reuniu autoridades dos governos federal, estaduais, municipais e executivos de grandes empresas do Brasil e do mundo, além de representantes da academia, imprensa e formadores de opinião. O BIF foi realizado totalmente em modo online, e teve resultados grandiosos: contou mais de 6 mil inscritos, sendo 1.609 participantes de 102 países. Durante o evento, foram apresentadas oportunidades de investimento em setores estratégicos da economia, como agronegócios, energia, infraestrutura, inovação e tecnologia. Os participantes do evento online tiveram acesso a debates aprofundados em duas *keynote sessions*, quatro sessões paralelas e em oito painéis, que incluíram temas relacionados à economia global, indústria 4.0, investimento estrangeiro direto, infraestrutura, startups e agendas regulatória e de reformas, entre outros.

No contexto das ações realizadas em parceria com as Entidades Setoriais, o impacto da pandemia ainda é bastante expressivo, com significativa redução tanto no volume de adiantamentos concedidos aos convênios, quanto nas despesas. Entre os principais impactos qualitativos



percebidos pelas entidades convenientes está a necessidade de adequação de processos para o teletrabalho, motivo do estímulo e orientação da Apex-Brasil para os Projetos Setoriais implementarem sua transformação digital.

Apesar do cenário adverso, a Agência vem se destacando no posicionamento de novos serviços de apoio às empresas e investidores para garantir a proximidade aos clientes da Agência e explorar ao máximo as tecnologias disponíveis. No 1º semestre de 2021, a Agência apoiou 11.531 empresas brasileiras por meio dos seus diversos produtos e serviços com resultado 6,7% superior ao mesmo período do ano anterior. Do total de empresas apoiadas, 3.023 foram novas entrantes, ou seja, não participaram de nenhuma ação da Apex-Brasil nos últimos dois anos. Neste período, um foco importante de atuação foi a realização de ações de sensibilização e qualificação de empresas, com a promoção de conteúdo direcionado principalmente para aquelas não exportadoras e iniciantes. Com isso, foram atendidas 7.789 empresas, um valor 26% superior ao mesmo período do ano passado. Os resultados do período são publicados no Relatório de Desempenho da Apex-Brasil, que está disponível em seu sítio, na página de Transparência.

1.6 Principais ações da Apex-Brasil na Exposição Universal 2020, em Dubai (Expo Dubai)

O maior evento internacional que ocorrerá neste ano será a Exposição Universal 2020, em Dubai (Expo Dubai) nos Emirados Árabes Unidos. A Expo Dubai 2020 é uma importante plataforma de promoção da imagem do Brasil, abrangendo múltiplos temas de interesse nacional, como agronegócio, cultura, e-commerce, inovação, tecnologia e turismo. Inicialmente prevista para ocorrer entre outubro de 2020 e abril de 2021, o período de realização da exposição será de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022.

No exercício anterior, quando iniciou o projeto de construção do Pavilhão do Brasil, a Apex-Brasil realizou despesas de aproximadamente R\$ 41 milhões. O orçamento previsto para 2021 é de aproximadamente R\$ 115 milhões, considerando as etapas finais da construção, a operação e os diversos eventos que fazem parte da programação do pavilhão. Desse montante, aproximadamente R\$ 18 milhões já foram executados, principalmente como despesas de projetos finalísticos. Para os próximos exercícios, considerando três meses de operação e a desmontagem, estão previstos gastos de aproximadamente R\$ 50 milhões, considerando cotações atuais de moeda, pois a maior parte dos gastos são cotados em outras moedas.

O tema da Expo Dubai é *Connecting Minds, Creating the Future*, com três subtemas: *Opportunity*, *Mobility* e *Sustainability*. O subtema da participação do Brasil na Expo Dubai 2020 será *Sustainability*, com foco no Brasil como um ator global no esforço de sustentabilidade, reafirmando a importância da diversidade brasileira e da posição única como potência agrícola, e imenso potencial industrial e tecnológico. O pavilhão conta com ambientes expositivos contíguos às áreas abertas do sítio da Expo, espaços expositivos fechados, áreas comerciais (restaurante/café e loja), além de áreas administrativas. A estrutura está construída no lote C.96, com 3.772,59 m², localizado próximo a uma das entradas da Expo Dubai 2020 e ao Pavilhão de Sustentabilidade.



O subtema tem uma ligação direta com os esforços da Apex-Brasil na promoção comercial de produtos e serviços nacionais, ressaltando a importância do agronegócio, da indústria e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

A Expo Dubai 2020 é uma importante plataforma de promoção da imagem do Brasil, abrangendo múltiplos temas de interesse nacional, como agronegócio, cultura, e-commerce, inovação, tecnologia e turismo. No total, são esperados 25 milhões de visitantes. Os dados estimados da Expo Dubai 2020: 173 dias de evento, 7 dias por semana; 25 milhões de visitantes; mais de 400 prédios construídos numa área de 438 hectares; 192 países participantes; mais de 200 restaurantes; e 171 toneladas de resíduos por dia, 85% reciclados. Durante os seis meses de realização da Expo Dubai, diversos eventos serão organizados pela Apex-Brasil, entidades governamentais e organizações parceiras, sejam elas do âmbito público ou privado, nos ambientes do Pavilhão do Brasil.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas em observância aos critérios de apresentação contidos no pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”, e de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC TSP), conforme indicado na Notas Explicativas nº 2.2 e 2.3 a seguir, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Adoção das NBCs TSP

A Apex-Brasil implementou as normas contábeis do setor público (NBC TSP EC) a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2020, em observância às determinações decorrentes do Acórdão TCU nº 991/2019. Tal documento tratou dos aspectos contábeis das Entidades do “Sistema S”, determinando que as Demonstrações contábeis destas entidades devem ser elaboradas, no que couber, de acordo com a NBC TSP EC (ou outra norma do Conselho Federal de Contabilidade que vier a sucedê-la), assinadas pelos contadores responsáveis e com a indicação dos nomes dos dirigentes.

Por fim, a Nota Explicativa nº 2.3 apresenta os julgamentos relevantes aplicados pela Administração da Apex-Brasil na adoção das NBCs TSP.

2.3 Julgamentos relevantes na adoção das NBCs TSP

O Conselho Federal de Contabilidade ainda não publicou todas as NBCs TSP equivalentes às normas internacionais de contabilidade aplicáveis ao setor público (*International Public Sector Accounting Standard – “IPSAS”*), emitidas pelo *International Public Sector Accounting Standard Board – “IPSASB”*. Com isso, a Apex-Brasil seguiu a orientação da NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que prevê, na ausência de norma



contábil específica, que a Administração exerça o seu julgamento para aplicar as políticas contábeis que resultem em informação:

- i) relevante para a tomada de decisão dos usuários; e
- ii) confiável, de tal modo que as demonstrações contábeis:
 - a) representem fidedignamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;
 - b) reflitam a essência econômica das transações, outros eventos e condições e, não apenas a forma legal;
 - c) sejam neutras, isto é, que estejam livres de viés;
 - d) sejam prudentes; e
 - e) sejam completas em todos os aspectos materiais.

Nesse sentido, na ausência de uma NBC TSP aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC a respeito de determinado assunto, a Administração da Apex-Brasil adotou as práticas contábeis equivalentes ao setor privado, por considerar que tais normas seriam as mais adequadas no momento e de amplo conhecimento dos usuários das Demonstrações contábeis.

Os principais pronunciamentos contábeis adotados pela Apex-Brasil e ainda não regulamentados pelo CFC pelas NBC TSP ECs são:

- i) Elaboração de Demonstrações contábeis intermediárias: a Apex-Brasil adotou as diretrizes do CPC 21 – Informações intermediárias;
- ii) Arrendamento mercantil: a Apex-Brasil adotou as diretrizes do CPC 6 (R2) – Arrendamentos. O CFC recentemente abriu consulta pública da NBC TSP 27 – Arrendamentos que dá tratamento distinto ao adotado pelo CPC 6 (R2). Todavia, também fez parte da consulta pública, a não adoção desta norma no modelo apresentado, visando aguardar a aderência das normas internacionais de serviço público aplicável à Arrendamentos à norma já em vigor para entes privados (IFRS 16), processo esse já em andamento pelo *IPSAS Board*. A referida consulta pública já foi encerrada, porém, o Conselho Federal de Contabilidade ainda não divulgou o relatório da consulta pública. A Administração da Apex-Brasil acompanha o andamento desta consulta pública, a fim de verificar se haverá ou não a necessidade futura de alteração da prática contábil atualmente adotada.

2.4 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor; determinados ativos e passivos financeiros são mensurados ao valor justo.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação



As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas técnicas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais contas sujeitas a estimativas estão representadas:

- i) Por instrumentos financeiros, incluídos em fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil, mensurados a valor justo por meio do resultado - Nota Explicativa nº 5;
- ii) Pela não constituição de provisão para devedores duvidosos sobre Créditos a receber - Nota Explicativa nº 6;
- iii) Pela depreciação/amortização acumuladas do ativo imobilizado e intangível – Nota Explicativa nº 10;
- iv) Pela determinação da taxa de juros incremental e pelos fluxos de caixa utilizados na adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, pronunciamento sem norma aprovada pelas NBC TSP EC – Notas Explicativas nº 9 e 13; e
- v) Pelas provisões para riscos tributários e trabalhistas - Nota Explicativa nº 14.

2.7 Base para elaboração e apresentação da Demonstração das informações orçamentárias

A apresentação das informações orçamentárias nas Demonstrações contábeis considerou o disposto na NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) contidas no Acórdão nº 991/2019 sobre melhorias na transparência, práticas já adotadas pela Apex-Brasil quando da elaboração do Relatório de Gestão, incluído nas prestações de contas anuais.

A contabilidade e o orçamento adotam regime de competência, e as exceções residem nos fatos econômicos da DRE (por exemplo, amortização e depreciação) e financeiras do Orçamento (receitas e despesas de capital). Além dessas exceções, também constituem exceção ao regime de competência no orçamento da Apex-Brasil, os seguintes itens:

- Despesas de convênios: são tratadas como executadas quando ocorre o desembolso financeiro para o parceiro. Na contabilidade, o desembolso é tratado como adiantamento e, quando são comprovadas a execução das despesas pelo parceiro, essas são levadas para o resultado.



- Despesas de viagens: os valores repassados diretamente aos empregados ou convidados a título de diárias ou hospedagem são executadas no orçamento quando do desembolso financeiro. Analogamente aos convênios, para os registros contábeis, esse repasse é considerado adiantamento e a despesa impacta o resultado quando da prestação de contas das viagens.
- Despesas de aluguel: conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3, a Apex-Brasil adotou o CPC 06 (R2) para as suas operações com arrendamentos, sendo que este normativo estabelece o modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações contábeis de arrendatários através de Direito de Uso, com impacto nos aluguéis das sedes de Brasília, Miami e Bruxelas, que são considerados arrendamentos mercantis. Para o orçamento, a despesa de aluguel continua sendo reconhecida quando do desembolso financeiro, e as despesas econômicas não são consideradas despesas orçamentárias.
- Variação cambial positiva e negativa dos recursos financeiros custodiados nas unidades do exterior: não são incluídas na previsão orçamentária.
- Provisões contingenciais: são consideradas por regime de caixa.
- Aquisição de softwares e equipamentos de informática: são consideradas por regime de caixa.

Uma conciliação das informações contábeis contidas na Demonstração do resultado com as informações existentes na Demonstração das informações orçamentárias é apresentada na Nota Explicativa nº 29.

2.8 Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Apex-Brasil em 13 de agosto de 2021.

2.9 Informações contábeis das unidades da Apex-Brasil no exterior

As unidades no exterior da Apex-Brasil foram constituídas como filiais da Entidade, sendo que cada uma é organizada conforme a legislação de cada país, e possui uma contabilidade própria para fins de cumprimento da legislação local e para permitir o acompanhamento gerencial pela Administração da Entidade.

Por se tratar de filiais, os saldos contábeis das unidades no exterior da Apex-Brasil e da sua sede em Brasília são apresentados de maneira conjunta por meio de uma única demonstração.

2.10 Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Apex-Brasil, de acordo com as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e os passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para Reais à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças cambiais de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.



As moedas correntes das unidades da Apex-Brasil no exterior são: Renmimbi Chinês (CNY) na China, Dirham (AED) nos Emirados Árabes Unidos; Dólar (USD) nos Estados Unidos da América; Peso Colombiano (COP) na Colômbia; Euro (EUR) na Bélgica; Rublo (RUB) na Rússia; e Shekel (NIS) em Israel.

2.11 Novas NBC TSP aprovadas em 2020 com vigência em exercícios futuros

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou 3 (três) novas Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica do Setor Público (NBC TSPs) conforme quadro abaixo:

NBC	Nome da Norma	Referência IFAC	Vigência	Impacto esperado
NBC TSP 27	Informações por Segmento	IPSAS 18	A partir de 1º de janeiro de 2022	Sem impacto
NBC TSP 28	Divulgação de Informação Financeira do Setor Governo Geral	IPSAS 22	A partir de 1º de janeiro de 2022	Sem impacto
NBC TSP 29	Benefícios Sociais	IPSAS 42	A partir de 01/01/2024	Em avaliação

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações contábeis, a menos quando divulgado de forma diversa.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem-se os saldos de caixa, de depósitos bancários em contas correntes no Brasil e no exterior, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor quando da sua realização, e são utilizados no cumprimento das obrigações de curto prazo. Parte dos recursos são mantidos em moeda estrangeira e são convertidos à cotação oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil ao final de cada mês.

3.2 Aplicações financeiras

São investimentos realizados pela Apex-Brasil em Fundos de Investimentos que são valorizados com base no valor da cota informada pela CVM do último dia do mês, multiplicada pela quantidade de cotas pertencentes à Entidade.

3.3 Créditos a receber

Estão demonstrados pelos valores a receber de Receitas sem contraprestação e com contraprestação, estas deduzidas de estimativa de perdas que poderão ocorrer por não recebimento, constituída para todos os créditos vencidos na data-base de cada Balanço Patrimonial, montante este considerado como suficiente pela Administração para cobrir as Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.



3.4 Direitos de uso de arrendamento e Arrendamentos a pagar

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, na ausência de uma norma contábil específica para o serviço público referente a Arrendamentos, a Apex-Brasil adotou o CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, aplicável às entidades privadas. Existe previsão de publicação de uma norma de arrendamentos, porém o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) não possui calendário, tampouco informações oficiais acerca de publicações desse tema.

A Apex-Brasil reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Apex-Brasil descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo, sendo:

- 11,4% a.a. para o arrendamento relacionado à sede da Apex-Brasil;
- 4,2% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Miami; e
- 2,0% a.a. para o arrendamento relacionado ao escritório do EA Bruxelas.

3.5 Imobilizado e intangível

i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são inicialmente reconhecidos ao custo histórico de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear a débito do resultado do exercício baseado na vida útil econômica dos bens. Os períodos de vida útil econômica indicados são calculados pelo tempo estimado em que a empresa se beneficiará dos recursos imobilizados. O mesmo tratamento pode ser observado nos bens registrados nos escritórios da Apex-Brasil no exterior.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.



Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

iii) Intangível - Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

3.6 Outros ativos circulantes e não circulantes

Os outros ativos e passivos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajustes a valor presente, quando aplicável.

3.7 Provisão para riscos tributários e trabalhistas

As provisões são reconhecidas apenas quando: (i) existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado; (ii) que seja provável; (iii) que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iv) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações contábeis. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 14).

3.8 Outros passivos circulantes e não circulantes

As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.



3.9 Receita sem contraprestação com contribuição social líquida

São relacionadas às transferências de recursos, sistêmicas e periódicas, feitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme previsão legal contida na Lei nº 8.029/1990. O reconhecimento dos valores nas contas de resultado ocorre conforme o regime de competência e se dá quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial mensal da RFB. O crédito efetivo, por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições, ocorre no mês subsequente ao da competência.

3.10 Receita com contraprestação de serviço e outras receitas

As receitas com contraprestação de serviço e outras receitas são compostas substancialmente de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas com contraprestação de serviços são oriundas de serviços customizados a partir dos produtos da Apex-Brasil para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em feiras internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas de serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.

O reconhecimento da receita ocorre quando da contraprestação do serviço.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A posição de caixa e equivalentes de caixa é a seguinte:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Fundo fixo de caixa	29	19
Depósitos bancários - Nacional	318	257
Depósitos bancários - Exterior - EAs	(i) 3.697	5.013
Depósitos bancários - Exterior - Matriz	(ii) 60.030	70.895
Total	64.074	76.184

- (i) Referem-se a disponibilidades bancárias das unidades da Apex-Brasil no exterior mantidas para suportar as despesas mensais de manutenção e de promoção das exportações em cada uma das localidades.
- (ii) A partir de 2020, objetivando reduzir a exposição cambial de compromissos firmados, incluindo despesas do Projeto Expo Dubai e custos dos escritórios da Apex-Brasil no exterior, a Apex-Brasil abriu uma conta no Banco do Brasil na agência em Nova York – Estados Unidos da América. O saldo disponível em 30 de junho de 2021 é equivalente a USD 12.001, que visa ao cumprimento de obrigações contratadas em moeda estrangeira.



5 Aplicações financeiras

A Apex-Brasil concentra parte substancial de sua disponibilidade financeira em dois Fundos de Investimentos exclusivos, sendo um gerido pela Caixa Econômica Federal, denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa”, e outro, administrado pelo Banco do Brasil DTVM, denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo”.

O detalhamento das Aplicações financeiras é como segue:

Descrição		30/06/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento Exclusivo - Caixa Econômica	(i)	136.339	122.838
Fundo de Investimento Exclusivo - Banco do Brasil	(ii)	544.258	399.475
Fundos de Investimento - Capital de Giro	(iii)	2.861	2.538
	Total	683.458	524.851
Segregado em:			
Circulante		516.710	374.104
Não Circulante		166.748	150.747
		683.458	524.851

- (i) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” é um fundo de investimento com prazo indeterminado de duração e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, que é considerada como investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa nº 5.1 a).
- (ii) Fundo de Investimento Exclusivo denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo” é um fundo de investimento com prazo indeterminado de duração e destina-se a receber aplicações da Apex-Brasil, que é considerada como investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Um detalhamento dos ativos e passivos do Fundo é demonstrado na Nota Explicativa nº 5.1 b).
- (iii) Fundos de Investimentos não exclusivos destinados à manutenção do capital de giro, com saldo definido de acordo com a análise do fluxo de caixa, histórico e mensal, das despesas correntes de manutenção administrativa e projeção do fluxo de caixa das despesas com promoção de exportação, relacionadas aos convênios estabelecidos pela Apex-Brasil. Os saldos estão aplicados em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil.

5.1 Fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil

Os ativos financeiros pertencentes a cada fundo de investimento podem ser classificados como “Valor justo por meio do resultado” ou “Custo amortizado”. Sendo “Custo amortizado”, os ativos são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço. Para os ativos classificados por “Valor justo por meio do resultado”, além da prática mencionada anteriormente, ainda são ajustados ao valor provável de realização na data do balanço, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital - ANBIMA.



Abaixo, é apresentada a composição da carteira de cada fundo de investimento exclusivo em 30 de junho de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, considerando a classificação dos ativos e o seu prazo de vencimento.

a) Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa (ApexPort)

	Quantidade	Valor	Vencimento 2021	Vencimento de 2022 a 2026	Saldos em	
					30.06.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes	-	11	11	-	11	11
Operações compromissadas - Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F)	98	81.582	-	81.582	81.582	74.475
	98	81.593	11	81.582	81.593	74.486
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio de resultado						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	5.060	54.752	-	54.752	54.752	46.602
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	-	1.760
	5.060	54.752	-	54.752	54.752	48.362
Total do ativo		136.345	11	136.334	136.345	122.848
Valores a pagar	-	(6)	(6)	-	(6)	(10)
Valor do Fundo de Investimento em 30/06/2021		136.339			136.339	122.838
				Segregado em:		
				Não circulante	136.339	122.838
					136.339	122.838

A partir de 2017, a Administração da Apex-Brasil optou, conservadoramente, por destinar parte da sua disponibilidade de recursos para constituir uma reserva financeira, visando fazer frente a um eventual desembolso de caixa para quitação da obrigação referente ao processo judicial em que se discute o percentual da taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil, apresentada na Nota Explicativa nº 14. A partir de 2020, baseado no Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho Deliberativo, a Apex-Brasil reclassificou o saldo deste fundo integralmente para o Ativo não circulante. Em função disso, o saldo desta aplicação financeira tem o objetivo de evidenciar a intenção da Administração de separar tais recursos de suas operações, caso eventual desembolso seja necessário.

A rentabilidade do “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” no período findo em junho de 2021 foi de 1,19%, representando 97,88% do CDI (rentabilidade de 1,89% no mesmo período de 2020, representando 107,47% do CDI).



b) BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo (ABRC)

	Quantidade	Valor	Vencimento em 2021	Vencimento de 2022 a 2026	Saldos em	
					30.06.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes	-	24	24	-	24	14
Operações compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	81.784	344.940	344.940	-	344.940	254.885
	81.784	344.964	344.964	-	344.964	254.899
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio de resultado						
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	15.417	153.904	-	153.904	153.904	102.323
	15.417	153.904	-	153.904	153.904	102.323
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Custo amortizado						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10.000	10.490	-	10.490	10.490	10.505
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.000	23.666	14.995	8.671	23.666	22.713
Letras Financeiras (LF)	77	11.248	-	11.248	11.248	7.044
DPGE	-	-	-	-	-	2.006
	35.077	45.404	14.995	30.409	45.404	42.268
Total do ativo		544.272	359.959	184.313	544.272	399.490
Valores a pagar	-	(14)	(14)	-	(14)	(15)
Valor do Fundo de Investimento em 30/06/2021		544.258	359.945	184.313	544.258	399.475
				Segregado em:		
				Circulante	513.849	371.566
				Não circulante	30.409	27.909
					544.258	399.475

A Apex-Brasil criou o “Fundo Exclusivo BB ABRC” com o objetivo de alocar investimentos para serem classificados substancialmente na categoria de “Custo Amortizado”. Com isso, a Apex-Brasil reduz possíveis oscilações do valor justo dos investimentos, caso eles estivessem classificados como “Valor justo por meio do resultado”.

Diferentemente do fundo administrado pela Caixa Econômica Federal, em que a Administração da Apex-Brasil fez a segregação do seu saldo entre Circulante e Não circulante, baseado na sua intenção de constituir reserva financeira para provisão no passivo, a segregação do “Fundo Exclusivo BB ABRC” se deu baseada no montante de títulos classificados na categoria de “Custo amortizado” e que possuem vencimento superior a 12 (doze) meses a partir da atual data-base.

O Orçamento-Programa 2021 da Apex-Brasil, aprovado pelo Conselho Deliberativo (CDA) disponível no Portal da Transparência da Agência, destina aproximadamente 66% do saldo deste Fundo, ao final do exercício, à Reserva de Contingência e às despesas do projeto Expo Dubai 2021-2022. O saldo remanescente, por meio do orçamento-programa, foi alocado para ações finalísticas em alinhamento com o Plano Estratégico 2021-2023.

A rentabilidade do “Fundo Exclusivo BB ABRC” no trimestre findo em junho de 2021 foi de 1,41%, representando 116,49% do CDI (rentabilidade de 2,05% no mesmo período de 2020, representando 116,67% do CDI).

6 Créditos a receber

Descrição		30/06/2021	31/12/2020
Arrecadação do repasse da SRFB - Lei nº 8.029/1990	(i)	43.368	72.006
Contas a receber de exposições e outros	(ii)	1.208	858
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(266)	(263)
Total		44.310	72.601



- (i) O repasse da Contribuição Social Ordinária, detalhado na Nota Explicativa nº 16, foi integralmente recebido no mês subsequente. A redução do valor desta conta decorre do fato de o saldo em 31 de dezembro de 2020 incluir a parcela do mês de dezembro mais a parcela relativa ao 13º. Salário.
- (ii) O saldo de contas a receber é caracterizado, preponderantemente, pelo ressarcimento de valores de passagens e hospedagens canceladas no Brasil e no exterior e por créditos provenientes de venda de espaços em feiras e eventos no exterior.

7 Adiantamentos concedidos

Descrição		30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos para convênios e projetos	(i)	7.587	14.257
Adiantamento para empregados	(ii)	2.980	792
Adiantamento para terceiros	(iii)	3.802	5.637
Total		14.369	20.686

- (i) Adiantamentos para convênios e projetos: São recursos financeiros repassados aos convênios pela Apex-Brasil e ainda não utilizados pelo conveniente até cada uma das datas-bases acima. Os adiantamentos concedidos para os convenientes e projetos são realizados baseados na projeção de realização das despesas mensais apuradas, de acordo com a execução financeira de cada projeto e/ou convênio. Os saldos repassados às entidades são mantidos como ativo da Apex-Brasil até sua execução ou devolução dos recursos. A baixa do saldo da conta contábil de adiantamento ocorre à medida que os valores são utilizados no objeto conveniado. A redução observada decorre de menor repasse de recursos aos convênios, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.5, e em linha com a redução das despesas em 2021, conforme Nota Explicativa nº 18.

As efetivações das utilizações desse recurso ocorrem pelo regime de competência, pois as despesas com convênios devem ser reconhecidas à medida que os projetos são executados pelas convenientes, ou seja, durante o tempo incorrido na execução dos projetos; e não quando do desembolso financeiro feito pela Apex-Brasil, pois nesse momento se configuram como adiantamentos. As movimentações desses adiantamentos estão apresentadas na tabela abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamento para convênios e projetos		
Saldo inicial	14.257	16.474
(+) Repasses efetuados	33.954	67.986
(-) Devoluções de convênios	(8.047)	(2.626)
(-) Execução pelas convenientes	(32.577)	(67.577)
Saldo final	7.587	14.257

As maiores devoluções de convênios foram de R\$ 5.336 do convênio com a entidade ABIROCHAS, de R\$ 688 do convênio com o IBGM e de R\$ 616 com o Sindimóveis, pelo cancelamento de ações em eventos devido à pandemia.

- (ii) Adiantamentos para empregados: São adiantamentos feitos aos empregados da Apex-Brasil, na forma de adiantamento de férias e para viagens.
- (iii) Adiantamento para terceiros: O saldo refere-se substancialmente a créditos da Apex-Brasil com entidades organizadoras de eventos sobre espaços de feiras canceladas, sendo que estes créditos serão utilizados em eventos futuros.



8 Depósitos judiciais e garantias

Descrição		30/06/2021	31/12/2020
Depósitos de INSS sobre 1/3 de férias	(i)	3.176	2.955
Depósitos e cauções em geral		1.075	845
Depósitos de processos trabalhistas		405	366
Total		4.656	4.166

- (i) Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal) depositada judicialmente em razão de ação com pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal. O Processo nº 0014583-58.2010.4.01.3400 (Mandado de Segurança) será submetido a novo julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para se adequar ao entendimento firmado pelo STF no RE 1.072.485/PR, confirmando a incidência tributária sobre a parcela discutida, com expectativa de perda provável, momento que os depósitos realizados pela Agência serão revertidos à União Federal. Esse entendimento também tem efeitos na constituição de Provisão para contingências, conforme Nota Explicativa nº 14.

9 Direitos em Uso de Arrendamento

Descrição		30/06/2021	31/12/2020
Direitos em Uso de Arrendamento		27.935	28.345
(-) Amortização		(12.317)	(9.082)
Total		15.618	19.263

A movimentação do direito de uso por contrato de arrendamento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e para o exercício de 2020 foi a seguinte:

	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	15.201	1.434	1.195	17.830
(+) Adição de contratos	(i) -	7.412	-	7.412
(-) Depreciação	(4.429)	(1.665)	(342)	(6.436)
(+/-) Variação cambial líquida	-	(65)	522	457
Saldo em 31/12/2020	10.772	7.116	1.375	19.263
(-) Depreciação	(2.085)	(1.136)	(155)	(3.376)
(+/-) Variação cambial líquida	-	(185)	(84)	(269)
Saldo em 30/06/2021	8.687	5.795	1.136	15.618

- (i) Adições de contratos: Em dezembro de 2020 ocorreu a renovação do contrato de locação do imóvel de Miami, por 40 (quarenta) meses até março de 2024.



10 Imobilizado e Intangível

A movimentação do custo do imobilizado e do intangível no exercício de 2019 e 2020 pode ser assim demonstrada:

a) Imobilizado

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Adições	Baixas (i)	30/06/2021
Custo							
Equipamentos de informática	9.641	124	(618)	9.147	109	(1.456)	7.800
Móveis e utensílios	3.787	224	(63)	3.948	165	(222)	3.891
Instalações	26	-	(10)	16	-	(4)	12
Máquinas e equipamentos	384	24	(35)	373	-	(33)	340
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Obras de arte	52	-	-	52	-	-	52
	13.890	372	(726)	13.536	274	(1.715)	12.095
Depreciação							
Equipamentos de informática	(6.199)	(815)	275	(6.739)	(584)	1.366	(5.957)
Móveis e utensílios	(3.155)	(244)	31	(3.368)	(190)	80	(3.478)
Instalações	(26)	-	10	(16)	-	3	(13)
Máquinas e equipamentos	(282)	(17)	32	(267)	(20)	23	(264)
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
	(9.662)	(1.076)	348	(10.390)	(794)	1.472	(9.712)
Total do imobilizado	4.228	(704)	(378)	3.146	(520)	(243)	2.383

(i) As baixas apresentadas decorrem do resultado do inventário patrimonial de 2019 e 2020 e efetivado no sistema em 2021.

b) Intangível

	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Adições	Baixas (i)	30/06/2021
Custo							
Softwares	8.140	230	(3.959)	4.411	-	(2)	4.409
Direito de uso	28	-	(2)	26	-	(26)	-
	8.168	230	(3.961)	4.437	-	(28)	4.409
Amortização							
Softwares	(6.318)	(423)	3.680	(3.061)	(272)	-	(3.333)
Marcas e patentes	(11)	-	1	(10)	-	10	-
	(6.329)	(423)	3.681	(3.071)	(272)	10	(3.333)
Total do intangível	1.839	(193)	(280)	1.366	(272)	(18)	1.076



11 Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Provisões de férias e encargos	9.291	10.083
Provisão de descanso anual e gratificação anual	23	223
Remuneração e benefícios a pagar	1.043	1.525
Encargos sociais	2.387	3.487
Total	15.400	15.318

12 Contas a pagar e fornecedores

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	5.800	3.279
Fornecedores estrangeiros	188	361
Depósitos e cauções de licitações	486	472
Demais contas a pagar	288	250
Total	6.762	4.362

13 Arrendamentos a pagar

A movimentação do passivo a pagar no trimestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício de 2020, segregado por contrato, pode ser apresentada como segue:

	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Moeda	BRL	USD	EUR	
Taxa de juros (a.a.)	11,4%	3,5% até nov/20 4,2% dez/20	2,0%	
Saldo em 31/12/2019	16.381	1.626	1.184	19.191
(+) Adição de contratos	-	7.412	-	7.412
(+) Juros	2.168	39	8	2.215
(-) Pagamentos	(5.855)	(2.355)	(308)	(8.518)
(+/-) Variação cambial líquida	-	576	466	1.042
Saldo em 31/12/2020	12.694	7.298	1.350	21.342
(+) Juros	881	-	8	889
(-) Pagamentos	(2.835)	-	(165)	(3.000)
(+/-) Variação cambial líquida	-	(358)	(83)	(441)
Saldo em 30/06/2021	10.740	6.940	1.110	18.790

<u>Segregado em:</u>	
Passivo Circulante	7.581
Passivo Não circulante	11.209
Total	18.790



- (i) Adições de contratos: Em dezembro de 2020 ocorreu a renovação do contrato de locação do imóvel de Miami, por 40 (quarenta) meses, até março de 2024.

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento direito de uso estão detalhados a seguir:

Ano	Sede	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
2021	4.745	2.549	286	7.580
2022	5.160	2.815	342	8.317
2023	2.641	2.173	342	5.156
2024	-	-	240	240
Total de pagamentos	12.546	7.537	1.210	21.293
(-) Total de juros	(1.806)	(597)	(100)	(2.503)
Saldo em 31/03/2021	10.740	6.940	1.110	18.790

14 Provisão para riscos tributários e trabalhistas

A composição relativa a perdas classificadas como prováveis em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é apresentada a seguir:

Descrição		30/06/2021	31/12/2020
Provisão taxa de administração RFB	(i)	132.480	126.221
Provisão para contingências trabalhistas de risco provável	(ii)	7.284	6.864
Provisão para INSS sobre 1/3 de férias	(iii)	3.176	2.955
Provisão para contingências tributárias de risco provável		155	154
Provisão para contingências cíveis		69	63
Total		143.164	136.257

- (i) Trata-se de taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF. O ponto central discutido no mandado de segurança impetrado pela Apex-Brasil decorre do fato de a Receita Federal do Brasil – RFB ter definido como devida a taxa de 3,5% sobre os valores repassados por ela à Apex-Brasil a partir de maio de 2007. A Apex-Brasil obteve decisão liminar favorável em 1º grau em Mandado de Segurança (Processo nº 0035094-38.2014.4.01.3400 – 9ª Vara Federal) por ela impetrado em face da RFB, que determinou que a taxa devida a ser paga pela Apex-Brasil seria de 1,5% sobre os valores repassados a partir de maio de 2007. Adicionalmente, em 4 de dezembro de 2017, a Apex-Brasil obteve sentença favorável, determinando a prescrição dos valores cobrados pela Receita Federal relativos ao período anterior até março de 2009. Resumindo, até o momento a sentença de 1º grau favorável à Apex-Brasil e a decisão liminar definiram que a taxa de administração é de 1,5%, devida a partir de abril de 2009, o que vem sendo retido pela RFB. Tendo em vista decisão contrária em relação ao percentual devido em outros processos judiciais congêneres (ABDI e SEBRAE), decidiu a Apex-Brasil, seguindo os preceitos contábeis e o prognóstico de perda dos assessores jurídicos, provisionar a diferença de 2% como um passivo a longo prazo que, em 30 de junho de 2021 totaliza R\$ 132.480 (R\$ 126.221 em 31 de dezembro de 2020). Os advogados da Apex-Brasil entendem que a possibilidade de perda é provável, por esta razão, foi constituída uma provisão para perdas, em conformidade com as normas contábeis previstas na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Conservadoramente, e conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, a Apex-Brasil passou a constituir uma reserva orçamentária que corresponde ao valor total do Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil



Renda Fixa, que totaliza R\$ 136.339 em 30 de junho de 2021 (R\$ 122.838 em 31 de dezembro de 2020), para fazer face a eventual decisão desfavorável em instâncias superiores, caso venham a ocorrer.

- (ii) A Apex-Brasil responde a 12 reclamações que são classificadas com Contingência Provável, nas quais se postulam supostos direitos a horas extras, equiparação salarial, reintegração etc., e cujo risco estimado é de R\$ 7.284, em 30 de junho de 2021 (R\$ 6.864 em 31 de dezembro de 2020), que se encontra devidamente provisionado nas Demonstrações Contábeis.
- (iii) Houve constituição de provisão de perda provável para a contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal), para se adequar ao entendimento firmado pelo STF no RE 1.072.485/PR, confirmando a incidência tributária sobre a parcela discutida. O valor provisionado encontra-se integralmente depositado judicialmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 8.

14.1 Contingências passivas classificadas como possíveis

A Apex-Brasil é parte em processos judiciais, cuja probabilidade de perda é avaliada trimestralmente pela sua área jurídica. Aqueles processos classificados com probabilidade de perda “possível”, não têm provisão reconhecida nas demonstrações contábeis, em conformidade com as normas contábeis contidas na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos.

Nos processos de natureza trabalhista, envolvendo, em grande parte, pedidos cujas decisões dominantes em processos congêneres têm sido desfavoráveis às teses de defesa da Apex-Brasil; quanto aos pedidos de reintegração, o entendimento atual do Tribunal Superior do Trabalho tem sido favorável à tese defendida pela Apex-Brasil. Além de 12 processos provisionados como perda provável, a Apex-Brasil é demandada em outras 16 reclamações que são classificadas com Contingência Possível, totalizando o valor de R\$ 18.215.

Destaca-se que, na busca de maior acuracidade e transparência nos valores demonstrados, nos processos que possuam pedidos cuja avaliação de perda seja “provável” e, no mesmo processo haja outros pedidos cuja avaliação da probabilidade de perda seja apenas “possível”, procedeu-se o desmembramento do valor total estimado do processo de forma a reconhecer ambas as avaliações, de acordo com o status particular de cada parcela.

Por fim, nos processos de natureza cível há duas ações de cobrança em que é provável que a Apex-Brasil não logre êxito na demanda, arcando com os ônus de sucumbência, com valores imateriais ou irrelevantes.

14.2 Processos de natureza tributária em que a Apex-Brasil é relacionada como parte passiva, juntamente com a União e outras entidades do “Sistema S”

A Apex-Brasil é relacionada na parte passiva, juntamente com a União e outras entidades do “Sistema S”, em sede de mandados de segurança e ações ordinárias, em ações que discutem a constitucionalidade das contribuições destinadas à Agência, ou a discussão da base de cálculo de tais contribuições. Ressalta-se que o prognóstico de desfecho de tais ações não requer o reconhecimento de “provisão contábil”, na medida em que a 1ª Seção do STJ (REsp 1.619.954) unificou tese de que os Serviços Sociais Autônomos não possuem legitimidade para figurar em ações de repetição de indébito. Não obstante, qualquer outro efeito de eventual decisão desfavorável teria



efeito prospectivo. Apresentamos a seguir as discussões envolvendo a contribuição recebida pela Apex-Brasil:

a) Constitucionalidade das contribuições ao “Sistema S”

Com relação ao primeiro grande objeto de discussão (constitucionalidade das contribuições), no dia 23 de setembro de 2020, o STF julgou constitucional as contribuições destinadas a Apex-Brasil e fixou tese de que: "As contribuições devidas ao SEBRAE, à APEX e à ABDI com fundamento na Lei nº 8.029/1990 foram recepcionadas pela EC 33/2001" (RE 603.624). Considerando que o STF reconheceu a repercussão geral da questão constitucional suscitada e que a referida decisão transitou em julgado, tal entendimento tem sido aplicado a todos os processos similares que tramitam em outras instâncias. Importante destacar que, após a decisão do STF, temos observado um decréscimo relevante das ações sobre a mesma matéria.

b) Determinação da base de cálculo das contribuições

Em agosto de 2020, em função de uma decisão de uma turma do STJ, voltou à tona a discussão acerca da limitação da base de cálculo das contribuições de terceiros, incluindo entidades constituídas sob a forma de Serviço Social Autônomo, como é o caso da Apex-Brasil. Essa discussão jurídica exsurge de uma lei de 1981, que limitou a base de cálculo das contribuições previdenciárias e das contribuições de terceiros (Sistema S, dentre outras). No entanto, em 1986, um Decreto-Lei revogou a limitação para as contribuições previdenciárias. A discussão gira em torno do fato do referido Decreto-Lei ter também revogado ou não o limite para as contribuições de terceiros, o que afeta diretamente as receitas de todos os Serviços Sociais Autônomos (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Apex-Brasil, Sebrae etc.).

Após decisões em primeira e segunda instâncias majoritariamente favoráveis ao Sistema S, uma das ações chegou ao STJ, em forma de Recurso Especial, sendo acolhido por uma das turmas daquela Corte os argumentos dos contribuintes, ou seja, pela limitação da base de cálculo aos 20 salários-mínimos, porém, apenas com efeito interpartes, mais especificamente as contribuições para o salário-educação, Incra, Divisão de Portos e Canais e Fundo Aeroviário. Diante do aumento de demandas e recursos congêneres, na última sessão de 2020, a 1ª Seção do STJ determinou a afetação de dois Recursos Especiais relativos ao mesmo tema, à sistemática de recursos repetitivos. Assim, restaram suspensos todos os processos que versam sobre este mérito, em todas as instâncias em âmbito nacional. Ao final do julgamento realizado pela 1ª Seção do STJ, a sua decisão deverá ser aplicada em todos os demais processos. O processo encontra-se atualmente concluso para julgamento da Min. Relatora, Regina Helena e a Agência já requereu, a exemplo de outras entidades do Sistema S, o seu ingresso na lide na condição de *amicus curiae* a fim de acompanhar o processo com maior proximidade.

O resultado do referido julgamento comporta 3 hipóteses:

- (i) A primeira é que seja reconhecido que o Decreto-Lei nº 2.318/1986 efetivamente revogou a limitação trazida pela Lei nº 6.950/1981. Nessa hipótese, não há consequências para a receita futura da Apex-Brasil;



- (ii) A segunda hipótese, intermediária, seria que seja reconhecida a aplicação, porém, que ela se dê no cálculo individualizado de cada colaborador e não para a empresa como um todo, na composição da folha de pagamento (base de cálculo para as contribuições da Agência). Nesta hipótese, há um impacto financeiro para as contribuições da Apex-Brasil ainda não calculado, porém, tende a não afetar significativamente as atividades da Agência; e
- (iii) A terceira hipótese, seria o reconhecimento que toda a base de cálculo de uma empresa estaria limitada a 20 salários-mínimos. Nesta hipótese, haveria, de fato, impacto substancial nas receitas futuras da Apex-Brasil. A assessoria Jurídica da Apex-Brasil não considera provável esta hipótese, pois a decisão estaria em confronto com diversos princípios do direito tributário, tais como, da capacidade contributiva e mesmo da igualdade, visto dar tratamento “igual” a entes contributivos totalmente desiguais.

O prognóstico de desfecho de tais ações também não demanda presentemente o reconhecimento de “provisão contábil”, na medida em que a 1ª Seção do STJ (REsp 1.619.954) unificou a tese de que os Serviços Sociais Autônomos não possuem legitimidade para figurar em ações de repetição de indébito, e, ainda, que qualquer decisão desfavorável teria apenas efeito prospectivo.

15 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 é de R\$ 645.737, composto pelo superávit acumulado de R\$ 544.755 até 31 de dezembro de 2020, e pelo superávit do 1º semestre de 2021 de R\$ 100.982, que será incorporado ao superávit acumulado posteriormente ao encerramento do exercício.

16 Receitas com contribuição social líquida sem contraprestação

As receitas são demonstradas conforme a NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação e NBC TSP 02 – Receita de Transação com Contraprestação.

As receitas com contribuição social líquida sem contraprestação são relacionadas às transferências de recursos, sistêmicas e periódicas, feitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme previsão legal contida na Lei nº 8.029/1990. O reconhecimento dos valores nas contas de resultado ocorre conforme o regime de competência e se dá quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial mensal da RFB. O crédito efetivo, por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições, ocorre no mês subsequente ao da competência. Esta receita pode ser assim demonstrada:

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Contribuição sem contraprestação destinada à ApexBrasil pela Lei nº 8.029/1990	(i)	257.708	235.617	130.802	112.672
Taxa administrativa - SRFB	(ii)	(3.866)	(3.534)	(1.962)	(1.690)
Total		253.842	232.083	128.840	110.982



- (i) A contribuição sem contraprestação destinada à Apex-Brasil pela Lei nº 8.029/1990 constitui basicamente a receita da Apex-Brasil. De natureza tributária, definida por lei como adicional às alíquotas de contribuição social, é arrecadada e repassada mensalmente pela SRFB. Apesar de não haver variação significativa dos repasses nos períodos, a Nota Explicativa nº 1.5 apresenta que não é possível mensurar o quanto as medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal poderão impactar a CSO.
- (ii) A Taxa de Administração sobre a arrecadação é descontada pela RFB ao repassar os recursos destinados à Apex-Brasil.

A seguir são apresentados os valores mensais de Contribuição Social Ordinária (CSO), apurados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e de 2020:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Janeiro	42.331	42.133
Fevereiro	43.499	40.876
Março	41.076	39.936
Abril	43.821	37.021
Maio	42.952	39.355
Junho	44.029	36.296
Taxa administrativa - SRFB	(3.866)	(3.534)
Total	253.842	232.083

17 Receitas de serviços com contraprestação e outras receitas

As receitas de promoção de exportação são compostas substancialmente de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas de prestação de serviços nacionais são consideradas receitas com contraprestação porque a Apex-Brasil vende serviços customizados para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em feiras internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas também com contraprestação porque são vendidos serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.

A composição destas receitas é assim apresentada:

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Receitas de prestação de serviços	(i)	1.823	1.442	149	20
(-) Receitas canceladas	(i)	-	(1.768)	-	(483)
(-) ISS e COFINS		(175)	(138)	(14)	(1)
Receitas de prestação de serviços nos EAs		841	590	484	-
(-) Receitas canceladas EAs		-	-	-	(701)
Total		2.489	126	619	(1.165)



- (i) Em 2020, a Apex-Brasil procedeu com a devolução dos recursos financeiros já pagos pelas empresas para todos os eventos cancelados e adiados, justificando o cancelamento das receitas de serviços do exercício. Em 2021, a principal feira faturada foi a Gulfood, ocorrida em fevereiro.

18 Despesas com convênios e projetos

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Despesas com convênios					
Despesas com Convênios e Projetos	(i)	32.577	45.419	16.646	11.728
		32.577	45.419	16.646	11.728
Despesas com projetos finalísticos	(ii)	22.746	40.125	17.063	29.236
Despesas de inteligência de mercado	(iii)	2.464	1.705	1.919	637
Total Projetos finalísticos		25.210	41.830	18.982	29.873
Total		57.787	87.249	35.628	41.601

- (i) As despesas com convênios e projetos referem-se ao desenvolvimento e à manutenção de projetos em parceria com entidades setoriais, contemplando os principais setores produtivos do Brasil, como moda, agronegócio, alimentos e bebidas, economia criativa e serviços, tecnologia e saúde, máquinas e equipamentos, e casa e construção. A redução no período deve-se principalmente ao menor nível de adiantamentos concedidos aos convênios, conforme Nota Explicativa nº 7, em decorrência da baixa execução das ações planejadas para o ano de 2021 pelos efeitos da Covid-19, sendo que o saldo comparativo de 2020 considera ainda os meses de janeiro e fevereiro, quando houve execução normal dos convênios sem efeitos da pandemia, que foi decretada pela OMS somente em março do mesmo ano.
- (ii) Projetos finalísticos são projetos próprios de promoção de exportações e atração de investimentos diretos vinculados a feiras, eventos e missões comerciais internacionais. Dos valores realizados no período, aproximadamente R\$ 16.960 referem-se ao projeto Expo Dubai.



19 Despesas com comunicação, marketing e propaganda

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Despesas com marketing e propaganda	(i)	8.948	2.553	5.470	1.062
Patrocínios	(ii)	619	-	448	-
Despesas com comunicação (jornais, revistas e periódicos)		170	111	82	59
Total		9.737	2.664	6.000	1.121

- (i) O aumento das despesas de comunicação e marketing no período deve-se às diversas ações realizadas, conforme previsão em plano de marketing, sendo as principais campanhas: Retomada, ações de marketing da Feira Gulfood 2021, Brasil Investment Forum (com desenvolvimento e execução de estratégia de comunicação completa on e offline); *rebranding* Apex-Brasil; peças para composição de campanha da Expo Dubai 2020; além de produção de dois filmes de Investimentos e animações de agronegócios.
- (ii) Para reforçar o posicionamento do Brasil como parceiro global de negócios, dentre as ações de imagem do plano comunicação e marketing, foram executados patrocínios dos eventos GameJamPlus 2020, Biofuture Summit II, ENASERV 2021 e Fórum Brazil Affairs.

20 Despesas com pessoal, encargos e benefícios

Referem-se a despesas com salários, encargos e benefícios de pessoal efetivo, assessores e cedidos da União, e são demonstradas como segue:

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Despesas com pessoal		37.073	37.835	18.393	19.258
Despesas com encargos		11.290	10.927	5.277	5.470
Despesas com benefícios		11.988	11.268	6.280	5.743
Total		60.351	60.030	29.950	30.471

21 Despesas gerais e administrativas

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Despesas com locação de mão de obra		2.116	1.586	1.112	691
Despesas com licenças e serviços técnicos em software		2.924	2.358	1.657	984
Consultoria, auditoria e serviços técnicos esp. e outros		2.741	2.728	1.209	1.499
Total de despesas com serviços de terceiros		7.781	6.672	3.978	3.174
Despesas com locação de bens móveis e imóveis e estrutura		2.315	2.563	907	1.207
Despesas com serviços de comunicação (internet e telefone)		365	404	179	199
Despesa com materiais em geral e outras desp. oper.		409	356	247	(10)
Total de despesas com infraestrutura operacional		3.089	3.323	1.333	1.396
Total		10.870	9.995	5.311	4.570



22 Despesas com provisão judicial e administrativa

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Provisão da taxa administrativa da Receita Federal	(i)	5.233	4.655	2.695	2.196
Provisões Judiciais Trabalhistas e Cíveis		428	458	229	177
Total		5.661	5.113	2.924	2.373

- (i) Remete-se a presente Nota Explicativa àquela referenciada no capítulo de Provisão para riscos tributários e trabalhistas (Nota Explicativa nº 14), consignando-se que os valores apresentados na presente demonstração se referem aos valores acrescidos à provisão em razão da classificação de perda provável em relação à taxa da Receita Federal (diferença de 2% entre o cobrado pela RFB de 3,5%) e ao percentual reduzido em razão do mandado de segurança.

23 Despesas tributárias

As despesas tributárias da Apex-Brasil estão diretamente atreladas aos repasses realizados aos EAs e aos eventos e projetos realizados pela Agência no exterior. A composição desta despesa é como segue:

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Imposto de renda sobre remessa para o exterior	(i)	6.793	12.834	5.068	11.152
CIDE sobre remessa para o exterior	(i)	2.039	4.249	1.476	3.112
Impostos Municipais		376	342	376	340
Impostos e contribuições do exterior		12	82	4	73
IOF		178	1.266	132	892
Total		9.398	18.773	7.056	15.569

- (i) Estas despesas são oriundas de imposto de renda sobre remessas para o exterior realizadas para os escritórios e para pagamentos de serviços técnicos especializados contratados no Brasil. A redução deve-se ao menor volume de remessas para o exterior no período.

24 Despesas de Depreciação e Amortização

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Depreciação (Nota 10)		794	563	227	281
Amortização (Nota 10)		272	213	94	106
Depreciação Direitos de Uso (Nota 13)		3.376	3.235	1.867	1.661
Total		4.442	4.011	2.188	2.048



25 Resultado financeiro líquido

Descrição		Período de 6 meses findo em 30/06/2021	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	2º trimestre de 2021	2º trimestre de 2020
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras	(i)	8.535	8.516	5.409	3.743
Receitas com variação cambial	(ii)	10.430	5.529	2.484	2.529
(-) Deduções s/Receitas Financeiras		(1.605)	(1.957)	(1.377)	(1.540)
Total de receitas financeiras		17.360	12.088	6.516	4.732
Despesas financeiras					
Tarifas bancárias		99	77	53	40
Correção Monetária s/ provisão taxa administração		1.084	1.592	658	733
Despesas de variação cambial		12.257	6.946	11.501	5.273
Juros sobre direito de uso (Nota 13)		889	1.190	428	577
Total de despesas financeiras		14.329	9.805	12.640	6.623
Total		3.031	2.283	(6.124)	(1.891)

- (i) Referem-se aos rendimentos de aplicações financeiras e à redução da rentabilidade dos fundos no período.
- (ii) As receitas e despesas de variação cambial são resultantes das operações no exterior em outras moedas, pela sede ou filiais, incluindo saldo em bancos, direitos de uso e contas a pagar, entre outros. O resultado líquido positivo de variação cambial deve-se à valorização cambial do Real frente ao Dólar, Euro e outras moedas ocorridas em operações ao longo do exercício.

26 Benefícios pós-emprego

A Apex-Brasil é fundadora e patrocinadora do plano de benefícios ApexPrev, administrado e executado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida, exceto pelos riscos adicionais vinculados à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte, que estão asseguradas por Seguradora, sem qualquer risco para a Entidade. O plano ApexPrev foi criado em 2013 e assegura os seguintes benefícios:

- Benefício de Aposentadoria normal;
- Benefício de Aposentadoria antecipada;
- Benefício Decorrente da Opção pelo Benefício Proporcional Diferido;
- Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por morte.

Os benefícios de risco assegurados pela ApexPrev e cobertos através de apólice de seguradora aos seus participantes são:

- Benefício de Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por morte.

O referido Plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e



- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Adicionalmente, os benefícios de risco existentes no ApexPrev estão cobertos por empresa seguradora, cuja apólice atual está vigente até 31 de julho de 2021, a qual assegura aos seus participantes a garantia de pagamento de uma projeção dos seus benefícios futuros caso ocorra um dos seguintes sinistros:

- Pensão por morte; e
- Aposentadoria por invalidez.

Tendo em vista esse seguro contratado, a Apex-Brasil exime-se dos riscos atuariais elencados na NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados.

27 Cobertura de seguros (Não auditada)

Os bens móveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico, estão cobertos por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

As principais coberturas da apólice nº 18-09-611.563 vigente em 06/12/2020 a 06/12/2021 são:

- Incêndio/Raio/Explosão/Implosão acidental/Fumaça/Queda de aeronave – R\$ 4.749.831,34
- Danos Elétricos – R\$ 30.000,00
- Perda ou Pagamento de Aluguel a Terceiros – R\$ 1.365.058,62
- Quebra de vidros – R\$ 25.000,00
- Responsabilidade Civil Empregador – R\$ 200.000,00
- Responsabilidade Civil Danos Morais – R\$ 50.000,00
- Roubo e/ou subtração de Bens mediante arrombamento – R\$ 30.000,00
- Tumultos, greves e atos dolosos – R\$ 50.000,00
- Vendaval/Furacão/Ciclone/Granizo/Impacto veículos terr. – R\$ 50.000,00
- Responsabilidade Civil Estabelecimentos Comerciais – R\$ 200.000,00

28 Gestão de Riscos

A Apex-Brasil poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco de mercado

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Apex-Brasil está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta Nota Explicativa descreve os objetivos,



as políticas e os processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas a seguir.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Apex-Brasil, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta Nota Explicativa.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. As exigibilidades das obrigações da Apex-Brasil são registradas nas demonstrações contábeis, relevantemente no curto prazo, e não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Apex-Brasil em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, é importante mencionar a boa situação de liquidez de curto e longo prazos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, consequentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge, preponderantemente, das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados, principalmente, pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimentos que são representados relevantemente por títulos públicos federais. As informações referentes aos fundos, como a composição das carteiras e regulamento estão apresentadas na Nota Explicativa N° 5.

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Caixa e equivalentes de caixa	64.074	76.184
Créditos a receber	44.310	72.601
Adiantamentos Concedidos	14.369	20.686
Direitos de Créditos	1.250	971

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Apex-Brasil não possuía instrumentos financeiros derivativos.



Risco de mercado (taxa de juros e variação cambial)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou obter ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e os seus ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, essencialmente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 5, as aplicações por meio dos fundos de investimentos são efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio que compreendem relevantemente os numerários mantidos em moeda estrangeira nos seus escritórios no exterior (Nota Explicativa nº 2.10) e na própria conta no exterior mantida pela Apex-Brasil no valor de USD 12.001 mil (Nota Explicativa nº 4).

Além disso, a Entidade possui o seu principal passivo, referente à provisão para taxa de administração da Receita Federal do Provisão (Nota Explicativa nº 14), corrigido pela variação da SELIC mensal.

29 Balanço Orçamentário

29.1 Execução do Orçamento da Apex-Brasil como parte das Demonstrações Contábeis

O CFC, por meio da Resolução NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, publicada em 31 de outubro de 2018, estabeleceu que as informações orçamentárias das entidades que publicam seu orçamento aprovado devem ser incluídas no conjunto das demonstrações contábeis.

O TCU, através do Acórdão nº 991/2019, ao avaliar o nível de transparência das entidades do “Sistema S”, recomendou que a divulgação do orçamento e das execuções trimestrais ocorressem por meio dos respectivos sítios eletrônicos, destacando:

- a. A desagregação, que deve ser nos mesmos moldes e nível dos que são encaminhados para aprovação Ministerial;
- b. o documento de aprovação Ministerial (Portaria); e
- c. as demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a NBC-T 16.6 (atual NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis), assinadas pelos contadores responsáveis e com indicação dos dirigentes.



29.2 Conciliação do resultado Orçamentário e o resultado Contábil em 30 de junho de 2021 – Receitas

RECEITAS

Receita sem contraprestação com contribuição social líquida	253.842
Receitas com contraprestação de serviços e outras receitas	3.199
Receitas financeiras	17.360
	<u>274.401</u>

(+) Receitas consideradas somente para fins orçamentários

Receita de capital (saldo orçamentário do período anterior trazido para o exercício corrente)	596.028
Devolução de Convênios de Exercícios anteriores	7.888
	<u>603.916</u>

(-) Receitas não consideradas para fins orçamentários

Variação cambial positiva	(10.430)
Receita de doações	(56)
Atualização monetária de valores a receber	(74)
Outros efeitos agregados	(32)
	<u>(10.592)</u>

TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA

867.725



29.3 Conciliação do resultado Orçamentário e o resultado Contábil em 30 de junho de 2021 – Despesas

Despesas contábeis	
Despesas operacionais	159.090
Despesas financeiras	14.329
	<u>173.419</u>
(+ / -) Despesas reconhecidas em base de caixa (diferença entre o incorrido por regime de competência e o pago no período)	
Despesas com convênios (variação negativa de adiantamentos de convênios)	1.218
Aluguéis	4.291
Aquisição de softwares e equipamentos de informática	13
Despesas de viagens	277
Processos trabalhistas e cíveis	(417)
Outras despesas	(18)
	<u>5.364</u>
(+/-) Despesas não consideradas para fins orçamentários	
Glosa de convênios (reduzidor da despesa de convênios)	135
Variação cambial passiva	(12.415)
Correção monetária de Provisão contingencial	(1.084)
Despesas financeiras de arrendamento	(889)
Depreciação	(794)
Amortização	(272)
Demais perdas	(3)
Depreciação do Direito de Uso - Arrendamentos	(3.376)
Constituição Provisão - Taxa de Administração Receita Federal	(5.233)
Outras receitas (despesas) operacionais	(48)
	<u>(23.979)</u>
TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA	<u>154.804</u>

30 Transações com partes relacionadas

São definidas como partes relacionadas da Apex-Brasil:

- Pessoal-chave da Administração e sua remuneração;
- Plano de Benefícios ApexPrev (Nota Explicativa nº 26);
- Empréstimo para diretores: a Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes; e
- Remuneração de Conselheiros de administração e Conselheiros fiscais: a Entidade não remunera seus Conselheiros.



A seguir, os custos com remunerações atribuídos à Diretoria, em conformidade com o que determina a NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes relacionadas, no período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Pró-labore de Diretores	453	602
Descanso anual de Diretores	55	66
Gratificação anual de Diretores	41	50
Encargos sociais	159	177
Total	708	895

Os valores acima compõem os valores de Despesas com pessoal, encargos e benefícios apresentados na Nota Explicativa nº 20.

AUGUSTO PESTANA
Presidente

LUCAS FIUZA
Diretor de Negócios

ROBERTO ESCOTO
Diretor de Gestão Corporativa

GILSON CELLA
CONTADOR
CRC RJ 075.913/O-8 T-DF

10PR1 DFs ApexBrasil 2T2021 FINAL pdf

Código do documento 84608b03-5950-4095-b1cf-bac818c91ba6



Assinaturas



GILSON CELLA:56064772034

Certificado Digital

gilson.cella@apexbrasil.com.br

Assinou



ROBERTO ESCOTO:65438930791

Certificado Digital

roberto.escoto@apexbrasil.com.br

Assinou



LUCAS FELICIO FIUZA:88990826349

Certificado Digital

lucas.fiuza@apexbrasil.com.br

Assinou



AUGUSTO SOUTO PESTANA:25341403886

Certificado Digital

augusto.pestana@apexbrasil.com.br

Assinou



DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA:04925050630

Certificado Digital

domingos.teixeira@nexia-teixeira-auditores.com.br

Assinou

Eventos do documento

27 Aug 2021, 09:50:44

Documento número 84608b03-5950-4095-b1cf-bac818c91ba6 **criado** por GILSON CELLA (Conta c614068b-5e3e-49d1-8915-5130aa225e34). Email :gilson.cella@apexbrasil.com.br. - DATE_ATOM: 2021-08-27T09:50:44-03:00

27 Aug 2021, 16:48:28

Lista de assinatura **iniciada** por GILSON CELLA (Conta c614068b-5e3e-49d1-8915-5130aa225e34). Email: gilson.cella@apexbrasil.com.br. - DATE_ATOM: 2021-08-27T16:48:28-03:00

27 Aug 2021, 16:49:37

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - GILSON CELLA:56064772034 **Assinou** Email: gilson.cella@apexbrasil.com.br. IP: 189.6.85.36 (bd065524.virtua.com.br porta: 39852). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=GILSON CELLA:56064772034. - DATE_ATOM: 2021-08-27T16:49:37-03:00

27 Aug 2021, 17:25:40

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA:04925050630 **Assinou**
Email: domingos.teixeira@nexia-teixeira-audidores.com.br. IP: 186.206.139.79 (bace8b4f.virtua.com.br porta: 59696). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A3,CN=DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA:04925050630. - DATE_ATOM: 2021-08-27T17:25:40-03:00

27 Aug 2021, 17:43:55

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - AUGUSTO SOUTO PESTANA:25341403886 **Assinou**
Email: agosto.pestana@apexbrasil.com.br. IP: 190.103.170.20 (190.103.170.20 porta: 5292). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=AUGUSTO SOUTO PESTANA:25341403886. - DATE_ATOM: 2021-08-27T17:43:55-03:00

29 Aug 2021, 21:02:22

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ROBERTO ESCOTO:65438930791 **Assinou** Email: roberto.escoto@apexbrasil.com.br. IP: 191.176.151.183 (bfb097b7.virtua.com.br porta: 41750). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=ROBERTO ESCOTO:65438930791. - DATE_ATOM: 2021-08-29T21:02:22-03:00

30 Aug 2021, 14:26:28

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - LUCAS FELICIO FIUZA:88990826349 **Assinou** Email: lucas.fiuza@apexbrasil.com.br. IP: 189.125.88.52 (52.88.125.189.static.impsat.net.br porta: 20892). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=LUCAS FELICIO FIUZA:88990826349. - DATE_ATOM: 2021-08-30T14:26:28-03:00

Hash do documento original

(SHA256):bf1755dbb657d9f6a1939f9a035fec79acf049b646bb8733c40d8e29f407ef16

(SHA512):166be1310d66f8ce51df27de6866275d0ce1eafcf863df2a5ed605a226b7b06f74d7f5210a81eda6664300f2fd1e79b2ea7b6a741eb762217173335116796b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign